

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 237/2023

PROCESSO N.º 189/2023

R. 26/07
e

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA SONORIZAÇÃO COM ES-
TRUTURA DE SOM E TELÃO COM-
PATIVEL COM O EVENTO. SOLI-
CITAÇÃO DA SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO
E DESPORTO. LEI N.º 8.666/93. CON-
TRATAÇÃO POR DISPENSA DE LI-
CITAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, o Processo n.º 189/2023, solicitando PARECER referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SONORIZAÇÃO COM ESTRUTURA DE SOM E TELÃO COMPATIVEL COM O EVENTO, SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E DESPORTO**, conforme requisição feita pelo Memorando Interno SECTD 0326/2023.

Constam em anexo aos Autos do Processo n.º 189/2023 os seguintes documentos:

- Memorando Interno SECTD 0326/2023, dando conta da necessidade da contratação, com justificativas;
- Documento de Formalização da Demanda (DFD), expondo: Órgão; Setor Requisitante; Responsável pela Demanda; Objeto; Legislação; Justificativa da necessidade da contratação; Descrição do Objeto; Estimativa de Preços/Preços Referenciais; Da Viabilidade da Contratação; etc. Visado pelo Secretário;
- 03 (três) Propostas/Orçamentos.

O objetivo é a contratação da empresa ALEX SANDRO GAMBINI 88806952072, CNPJ n.º 29.326.268/001-08, no valor de R\$ 3.200,00 para o processo em tela, por apresentar o melhor preço (menor preço), constando dos Autos sua documentação de habilitação.

Analizando o valor orçado, entendemos se tratar da hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista que o valor é inferior ao limite previsto na legislação.

Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2014 (Promoção de Eventos Esportivos), Despesa 3.3.90.39.

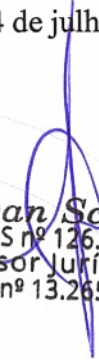
A documentação da empresa acompanha os presentes Autos, observando a Lei 8.666/93.

Orientamos que a Secretaria e a Administração observe as despesas recorrentes e para estas adote outras modalidades de processo licitatório, Lembrando que o fornecedor dos produtos ou serviços não deve sofrer prejuízos, conforme o parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93 já aborda a obrigação de indenizar, mesmo em caso de nulidade do contrato, uma vez que a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa. Desta forma, deve a administração indenizar o particular pelos serviços/fornecimento executados.

Pelo exposto, no entender desta Assessoria, não há óbice à dispensa de licitação para a contratação da empresa que apresentou o melhor orçamento (menor preço), opinando por sua homologação.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 24 de julho de 2023.


Estevan Scarsi
OAB/RS nº 126.335
Assessor Jurídico
Portaria nº 13.265/2022